Teoria de agência em sociedades cooperativas: estudo bibliométrico a partir da produção científica nacional.

Leandro Marcondes Carneiro (UFPR) - lmarcondescarneiro@yahoo.com.br

Ana Paula Mussi Szabo Cherobim (UFPR) - anapaulamussi@ufpr.br

Resumo:

Nas sociedades cooperativas o conflito de agência decorrente da separação entre propriedade e controle é visto de forma distinta das empresas não-cooperativas. As peculiaridades da adoção de princípios e doutrinas e a dupla natureza social e econômica das cooperativas tornam o cooperado ao mesmo tempo agente e principal, ou seja, proprietário e usuário na mesma relação contratual. O presente artigo procura analisar a produção científica sobre a Teoria de Agência aplicada em sociedades cooperativas. Para tanto, foram pesquisados artigos nacionais publicados em revistas acadêmicas em quatro bases de dados, utilizando busca por palavras-chave. Realizou-se análise bibliométrica dos artigos e a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2004). O levantamento abrange o período de 1998 a 2011 e os resultados mostram baixa produção em periódicos científicos e apontam o predomínio de estudos empíricos e com abordagens qualitativas. A preferência na metodologia empregada é pelas técnicas de levantamentos ou surveys e estudos de caso. Apesar da reduzida quantidade, os artigos mostram diversidade de autores, tendo duas instituições como destaque, Banco Central do Brasil e Universidade de São Paulo – USP. Alinha-se ainda com estudos anteriores que indicam a preferência por pesquisas relacionadas à Teoria de Agência em empresas privadas e sem fins lucrativos.

Palavras-chave: *Teoria de Agência; Custo de Agência, Cooperativas; Bibliometria;*

Área temática: *Abordagens contemporâneas de custos*

Teoria de agência em sociedades cooperativas: estudo bibliométrico a partir da produção científica nacional.

Resumo

Nas sociedades cooperativas o conflito de agência decorrente da separação entre propriedade e controle é visto de forma distinta das empresas não-cooperativas. As peculiaridades da adoção de princípios e doutrinas e a dupla natureza social e econômica das cooperativas tornam o cooperado ao mesmo tempo agente e principal, ou seja, proprietário e usuário na mesma relação contratual. O presente artigo procura analisar a produção científica sobre a Teoria de Agência aplicada em sociedades cooperativas. Para tanto, foram pesquisados artigos nacionais publicados em revistas acadêmicas em quatro bases de dados, utilizando busca por palavras-chave. Realizou-se análise bibliométrica dos artigos e a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2004). O levantamento abrange o período de 1998 a 2011 e os resultados mostram baixa produção em periódicos científicos e apontam o predomínio de estudos empíricos e com abordagens qualitativas. A preferência na metodologia empregada é pelas técnicas de levantamentos ou *surveys* e estudos de caso. Apesar da reduzida quantidade, os artigos mostram diversidade de autores, tendo duas instituições como destaque, Banco Central do Brasil e Universidade de São Paulo – USP. Alinha-se ainda com estudos anteriores que indicam a preferência por pesquisas relacionadas à Teoria de Agência em empresas privadas e sem fins lucrativos.

Palavras-chave: Teoria de Agência; Custo de Agência, Cooperativas; Bibliometria;

Área Temática: Abordagens contemporâneas de custos

1 Introdução

As cooperativas constituem sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica própria, sem fins lucrativos. O seu objetivo está voltado para o benefício dos cooperados e não somente para a cooperativa. Além dos aspectos legais, apresentam certas peculiaridades que as distinguem dos demais tipos de sociedades comerciais, como, por exemplo, o duplo papel dos cooperados, sendo proprietário e usuário ao mesmo tempo (POLONIO, 1999).

Na abordagem da Teoria da Agência, que trata do relacionamento entre os diversos interessados em um empreendimento, a empresa é focada como um conjunto de contratos, na qual uma das partes autoriza que a(s) outra(s) tome(m) decisões em seu nome. Segundo Iudícibus (2010, p. 93), "numa sociedade moderna e capitalista, quase tudo pode ser explicado por um conjunto de contratos e de relações de agenciamento".

Nas firmas tradicionais a separação entre propriedade e controle é realizada por meio de contrato bilateral entre o solicitante ou contratante (chamado de principal), delegando autoridade para tomar decisões em seu nome, e o agente, responsável por decidir em nome do principal.

As características dos contratos são também existentes nas cooperativas; dessa forma, o conflito de agência surge entre cooperados e gestores da cooperativa. A complexidade do conflito é maior, porquanto os cooperados assumem posições de proprietários que autorizam gestores a tomar decisões por eles; mas também são fornecedores de produtos ou trabalho na cooperativa, e clientes porque adquirem insumos e serviços da empresa. Considerando os diferentes papéis dos cooperados nas cooperativas evidencia-se potencial conflito de agência e espera-se que os estudos sobre o tema contemplem este *locus*.

Esse estudo tem o objetivo de analisar a produção científica nacional sobre Teoria de Agência em sociedades cooperativas. Espera-se com esta pesquisa, além da identificação do seu referencial, contribuir com o tema e fomentar futuras pesquisas sobre as cooperativas.

Para analisar a produção relacionada à Teoria de Agência nas cooperativas, foram pesquisados artigos publicados em periódicos nacionais utilizando-se de quatro bases de dados para pesquisa: Portal de Periódicos da CAPES, SciELO Brasil, Redalyc (Red de Revistas Científicas da América Latina e Caribe, Espanha e Portugal), e Sumários de Revistas Brasileiras. A análise dos dados foi realizada de forma quantitativa e qualitativamente por meio da análise de conteúdo de Bardin (2004).

Justifica-se o trabalho pela relevância econômica e social que o cooperativismo apresenta no país. Geralmente, as cooperativas são vistas como alternativa para o mercado de trabalho tradicional, sendo responsáveis pelo emprego de 298 mil pessoas e inserção de mais nove milhões de cooperados na economia brasileira. Em 2010, as cooperativas exportaram US$ 4,4 bilhões em produtos, em grande parte proveniente da agropecuária, representando aproximadamente 40% do PIB agrícola nacional (OCB, 2010).

A estrutura do artigo inicia, após esta introdução, com o referencial teórico sobre a Teoria de Agência e a relação com as entidades cooperativas. Realiza-se então, no terceiro item, a análise e discussão sobre os artigos encontrados. No quarto e último item são tecidas as considerações sobre o tema a partir dos principais resultados, gerando sugestões para futuras pesquisas.

2 Referencial teórico

Esta seção aborda o desenvolvimento teórico da Teoria de Agência, lançada por Jensen e Meckling (1976), e, na segunda parte, sobre as suas especificidades relativas ao tratamento do conflito de interesses no sistema de cooperativas.

2.1. Teoria de Agência

A Teoria de Agência, lançada por Jensen e Meckling (1976), parte como premissa que todos os indivíduos possuem um comportamento maximizador da utilidade econômica. Baseia-se no conceito que o mercado é regido por um conjunto de contratos bilaterais entre agentes econômicos (empresas, governos e pessoas físicas). As relações contratuais constituem a essência da empresa, não só com os funcionários, mas com fornecedores, clientes e credores. Os conflitos de interesses entre a gestão e os investidores podem levar a uma alocação de recursos sub-otimizada da firma, ocorrendo, assim, em custos adicionais.

A Teoria de Agência, ou do agenciamento, visa analisar os conflitos de interesses e os custos resultantes da separação entre a propriedade e o controle do capital. Nas relações bilaterais entre dois indivíduos, o solicitante ou contratante do serviço recebe o nome de principal, enquanto que o prestador de serviço recebe o nome de agente. A Teoria analisa, assim, como o principal estabelece um sistema de compensação (contrato) com o agente que o motive a agir de acordo com o interesse do primeiro.

Desta forma, o papel do principal é fornecer capital e assumir riscos, enquanto que o papel do agente é de tomar decisões em nome do primeiro e também concorrer com os riscos inerentes. Desta forma, o principal contrata o agente para desempenhar uma ou mais tarefas, delegando autoridade para tomar as decisões em seu nome (LAMBERT, 2007).

Segundo Jensen e Meckling (1976), a relação de agência é definida como um contrato pelo qual uma pessoa (principal) contrata outra (agente) para executar algum serviço em seu nome, delegando alguma autoridade para tomada de decisão do agente. No caso das partes serem maximizadores da utilidade, é possível assumir que o agente não agirá sempre no melhor interesse do principal. A forma com que o principal pode limitar as divergências,

convergindo para os seus interesses, é estabelecendo incentivos apropriados para o agente e incorrendo em custos de monitoramento para limitar as atividades do agente.

O denominado conflito de agência configura-se quando o gestor contratado age em proveito próprio, colocando interesses do agente e do principal em desacordo. Os problemas de agência surgem nas firmas do fato das decisões empresariais serem realizadas pelos gestores (agentes) em nome dos fornecedores de capital das empresas (agente principal). A suposição é de que gestores e proprietários procurarão agir em defesa dos seus interesses próprios, maximizando a utilidade. (ROSS; WESTERFIELD; JAFFE, 2002).

Torna-se impossível, assim, para o principal, garantir que o agente tome decisões ótimas do seu ponto de vista a custo zero. Em decorrência dos conflitos de agência e das diferenças informacionais, são gerados gastos adicionais para a firma incorridos no alinhamento de interesses principal-agente. Os custos da relação de agência representam a soma dos custos de monitoramento pelo principal, dos custos de mecanismos de controle pelo agente e das perdas residuais.

A conseqüência imediata do conflito de interesses é que o principal não terá as mesmas informações que o agente dispõe, ocasionando a chamada assimetria de informação. Conceitualmente, a assimetria é definida como a diferença informacional entre o agente e o principal, em razão de uma parte possuir mais informações do que outra. Segundo Hendriksen e Van Breda (1999), o problema de agência está fundamentado na questão da assimetria de informação, causado pelas informações incompletas, onde nem todos os estados são conhecidos por ambas as partes e, por isso, certas consequências não são consideradas.

De acordo com Iudícibus (2010, p. 93), "como as funções de utilidade dos dois atores são diferentes existirá uma assimetria informacional entre o agente e principal". O agente, assim, utilizará uma função objetivo que tenderia a maximizar a utilidade, em prejuízo do principal. Em contrapartida, o principal não consegue ter acesso ao modelo informacional do agente, gerando, portanto, a assimetria.

A assimetria de informação ocorre tanto em mercados quanto em relações contratuais, na qual um ator econômico (agente) possui informação que o outro desconhece e que deverá arcar com custos para adquiri-la. Por ser maximizador da utilidade, irá utilizar a informação adquirida podendo prejudicar outras partes, caracterizando-se como um comportamento oportunista.

O conflito de agência central ocorre, segundo Jensen e Mackling (1976), entre acionistas e administradores e entre acionistas e credores, pois ambas as partes são maximizadores de utilidade. No entanto, os autores ressaltam a generalidade do problema de agência, presente em todas as organizações e em todos os esforços cooperativos, em todos os níveis de gestão, nas universidades, em empresas de mútuo, cooperativas, governos, e sindicatos.

2.2. Teoria de Agência em sociedades cooperativas

Diferentemente das sociedades mercantis, as cooperativas são sociedades de pessoas, caracterizadas como sociedades de capital, sem fins lucrativos, que se destinam a prestação de serviços aos associados. Possuem como característica serem entidades econômicas e ao mesmo tempo associação de pessoas, onde o cooperado é, simultaneamente, dono e usuário da entidade.

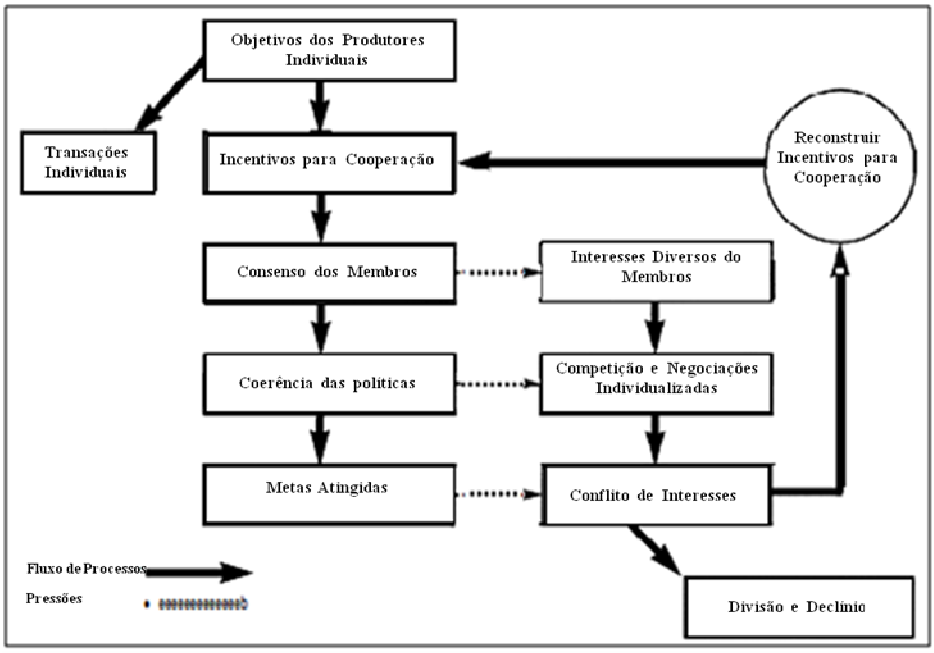
Para Barreiros, Protil e Moreira (2008), "as sociedades cooperativas apresentam peculiaridades em sua constituição legal, com consequente adoção de princípios e doutrinas que exercem significativos reflexos na sua estruturação e governança estruturais". Já para Bialoskorski Neto (2006), no cooperativismo existe uma arquitetura de relações contratuais em que o ambiente institucional poderá ser uma restrição à otimização de resultados

econômicos e lucros; mas, por outro lado, poderá também apresentar resultados sociais relevantes.

Em sociedades de capital observa-se que o objetivo de maximização do valor da empresa alinha-se com o objetivo da gestão financeira de aumentar a riqueza do acionista. Já nas sociedades cooperativas, estes objetivos não se delineiam tão claramente. A relação cooperado-cooperativa torna-se mais complexa, uma vez que o associado é ao mesmo tempo fornecedor e proprietário da organização.

Segundo Bialoskorski Neto (2006), existe uma diferença básica na estrutura de custos de agenciamento (*agency*) entre as sociedades cooperativas e as empresas de capital. Os princípios da solidariedade, do retorno *pro rata* das operações e a inexistência de objetivo de lucro das sociedades impossibilitam delimitação clara dos direitos de propriedade, incorrendo custos tanto de agência como de transação. Também pelos princípios da democracia e da igualdade, na qual cada homem tem direito a um voto, implicam diretamente custos de agência derivados da falta de incentivo e custos de transação nas tomadas de decisão por meio das assembléias gerais.

Reynolds (1997), analisando o processo de decisão em cooperativas agrícolas (Figura 1), menciona que as pressões ocasionadas por interesse divergentes dos membros, a competição e negociações individualizadas e os próprios conflitos de interesses podem ocorrer divisão da cooperativa. Decorrente disso torna-se necessário a construção de incentivos para cooperação e outras vantagens em relação às transações individuais.



Fonte: adaptado de Reynolds (1997)
Figura 1 – Quadro estratégico das cooperativas e os interesses diversos dos membros

Conforme o estudo de Zylbersztajn (1994), o monitoramento das ações do agente pelo principal segue linha muito tênue, uma vez que a renda do cooperado decorre muito mais da venda do produto do que das eventuais sobras, o que diminui o incentivo em monitorar as ações dos agentes (gestores). Ressalta que o gerenciamento dos conflitos de agência numa cooperativa só se faz pelo desenvolvimento de estruturas flexíveis e representativas do quadro de cooperados.

As cooperativas de maior porte possuem sistema de funcionamento semelhante ao das sociedades comerciais, cuja gestão é centralizada em um grupo de pessoas (diretoria), o que se distancia do princípio da gestão democrática. Bialoskorski Neto (2006) analisa a influencia

do desempenho econômico e do número de associados na participação em assembléias gerais, mostrando relação negativa entre desempenho e participação dos associados. Os resultados, segundo o autor, apontam para uma dicotomia, pois quanto maior o desempenho, menor se torna a participação e, assim, exige custos adicionais para suplantar essa deficiência.

Com o intuito de minimizar os conflitos de agência gerados, um dos instrumentos é a introdução do conceito de Governança Corporativa, definida como o conjunto de mecanismos e controles que permitem aos cooperados definirem e assegurarem a execução dos objetivos da cooperativa, contribuindo para a continuidade e fortalecimento dos princípios cooperativistas (VENTURA, 2009).

3 Metodologia

Esse estudo é classificado como descritivo uma vez que investiga a produção acadêmica de determinado conceito – Teoria de Agência – aplicado em determinada realidade, as entidades cooperativas. A pesquisa classifica-se ainda como bibliográfica. Esse tipo de pesquisa procura explicar e discutir um tema ou problema a partir de referências teóricas já publicadas. Torna-se excelente meio de divulgação científica quando realizada independentemente ou como parte da pesquisa empírica (SILVA, 2006). Conforme Spinak (1996) e Tague-Sutckiffe (1992), a bibliometria é o estudo de aspectos quantitativos da produção, disseminação e uso da informação registrada com emprego de métodos estatísticos e matemáticos (*appud* FRANCISCO, 2011).

Com base nos procedimentos técnicos utilizados, trata-se de análise do tipo bibliométrica, com abordagem quantitativa e qualitativa, pois procura mensurar a produção científica sobre o tema. A fonte de dados é secundária, porquanto são utilizadas quatro bases de dados: Portal de periódicos da CAPES, *Scielo* Brasil, *Redalyc* – Rede de Revistas Científicas da América Latina e Caribe, Espanha e Portugal, e o Portal Sumários de Revistas Brasileiras. A escolha das bases se deu como forma de não desconsiderar nenhum artigo relacionado ao tema, procurando fontes representativas da produção acadêmica nacional. As pesquisas foram realizadas sem corte temporal, ou seja, foi considerado todo o período disponível em cada uma das bases. O período de análise resultou em publicações entre os anos de 1998 e 2011.

Para a busca cruzada dos artigos foram procedidas pesquisas utilizando as palavras-chave: cooperativa, Teoria de Agência, agente-principal, agenciamento, custo de agência e assimetria de informação.

Após a seleção dos artigos, foi realizado tratamento bibliométrico dos artigos e aplicando a técnica de análise de conteúdo segundo o conceito de Bardin (2004). Optou-se por aplicar a técnica de análise de conteúdo como forma suplementar a técnica bibliométrica, uma vez que não se restringe a quantificar a produção científica catalogada, mas analisar a forma e conteúdo tratados sobre o assunto. Bardin (2004) conceitua a análise de conteúdo como:

> "um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens."

Assim, a técnica de análise de conteúdo torna-se útil para investigar o conteúdo das comunicações em massa, contribuindo para o entendimento de diversas áreas do conhecimento (SILVA, 2006). Para a análise dos dados, foram observados os autores e respectivas instituições de origem, ano de publicação e o periódico de publicação. Também foram analisados os dados com relação à tipologia da pesquisa (teórico ou empírico), a

metodologia empregada a partir dos dados do texto e a abordagem qualitativa, quantitativa ou mista quanto ao problema.

4 Resultados

Esta sessão apresenta os resultados encontrados a partir dos procedimentos de buscas simultâneas por palavras-chave nas bases de dados selecionadas. Foram coletados 17 artigos, dos quais, após a leitura dos resumos (*abstract*), foram excluídos cinco artigos da amostra, por não abordarem propriamente o tema sociedades cooperativas. Inicialmente foi elaborado quadro resumo de ordem cronológica dos 12 artigos resultantes encontrados e analisados.

TÍTULO ARTIGO	AUTORES	ANO
Agroindústria cooperativa: um ensaio sobre crescimento e estrutura de capital	BIALOSKORSKI NETO, S.; MARQUES, P.V.	1998
Assimetria de informação e o crédito agropecuário: o caso dos cooperados da Coamo-Toledo (PR)	AZEVEDO, C.M. de; SHIKIDA, P.F.A.	2004
Gestão estratégica em cooperativas agroindustriais	MACHADO FILHO, C.A.P.; MARINO, M.K.; CONEJERO, M.A.	2004
Desempenho de cooperativas: o caso de uma cooperativa de crédito rural	MEURER, S.; MARCON, R.	2007
Eficiência das sociedades cooperativas e de capital na indústria de laticínios	FERREIRA, M.A.M.; BRAGA, M.J.	2007
Assimetria de informação e confiança em interações cooperativas.	BERTOLIN, R.V.; SANTOS, A.C. dos; LIMA, J.B. de; BRAGA, M.J.	2008
Conflitos de agência: um estudo comparativo dos aspectos inerentes a empresas tradicionais e cooperativas de crédito	LIMA, R.E. de; ARAÚJO, M.B.V. de; AMARAL, H.F.	2008
Governança cooperativa: as funções de fiscalização e controle em cooperativas de crédito no Brasil	TOSIN, M.F.C.; BASTOS, A.M.	2008
Governança cooperativa: participação e representatividade em cooperativas de crédito no Brasil	FONTES FILHO, J.R.; MARUCCI, J.C.; OLIVEIRA, M.J. de	2008
Governança e participação no contexto das cooperativas de crédito	FONTES FILHO, J.R.; VENTURA, E.C.F.; OLIVEIRA, M.J. de	2008
Metodologia de *rating* em cooperativas agropecuárias: um estudo de caso	COSTA, D.R.M.; BIALOSKORSKI NETO, S.	2009
Conflito de agência em organizações cooperativas: um ensaio teórico	SILVA, S.S. da; SOUSA, A.R. de; LEITE, E.T.	2011

Fonte: Autores (2011)

Quadro 2 – Resumo dos artigos analisados

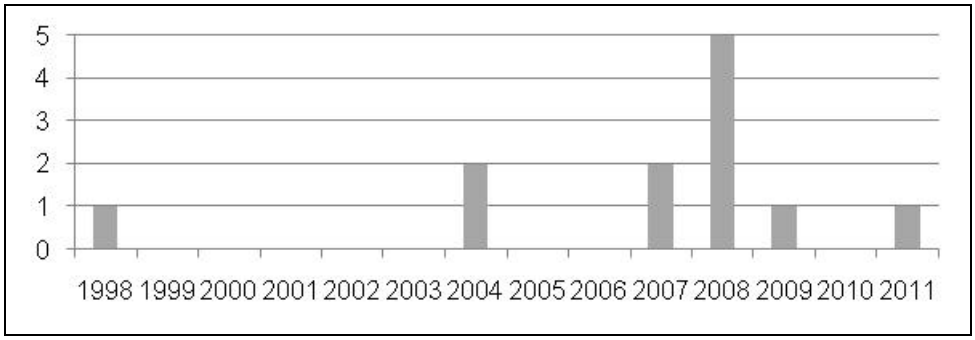
As publicações encontradas abrangeram o período de 1998 a 2011, sendo que o período de maior publicação foi o de 2008 com cinco publicações ao todo. As revistas que mais publicaram artigos relacionados foram a Revista Contabilidade e Organizações (RCO), com três divulgações, seguida da Revista Gestão & Produção (G&P) e Organizações Rurais & Agroindustriais (OR&A), com duas cada (Tabela 1).

Tabela 1 – Número de publicações por ano

Periódico	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	
G& P	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	2
RESR	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
REGE-USP	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
OR&A	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	2
RBE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
RAC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
RCO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	3
FACES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
	1	0	0	0	0	0	2	0	0	2	5	1	0	1	12

Fonte: Autores (2011)

A Figura 2 apresenta a distribuição dos artigos por ano. Nota-se também a presença de períodos com uma ou nenhuma publicação, como de 1999 a 2003, 2005, 2006 e 2010.



FONTE: Autores (2011)

Figura 2 – Quantidade de publicações por ano

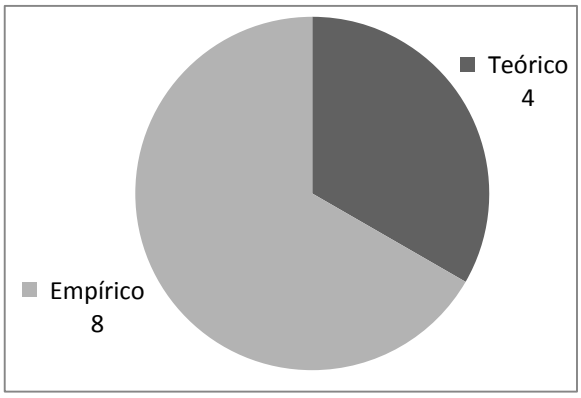
Nos 12 artigos analisados identificaram-se 27 autores diferentes, com média de aproximadamente dois autores por artigo, sendo que apenas quatro autores constaram em mais de uma publicação no período compreendido. Quanto à instituição de origem dos autores, foram 13 instituições identificadas sendo mais representativas nas publicações o Banco Central do Brasil – BCB, com sete autores vinculados, seguido pela Universidade de São Paulo – USP, com cinco autores ao todo.

Tabela 2 – Autores com mais de uma publicação

Autor	Publicações
BIALOSKORSKI NETO, S.	2
BRAGA, M.J.	2
FONTES FILHO, J.R.	2
OLIVEIRA, M.J. de	2

Fonte: Autores (2011)

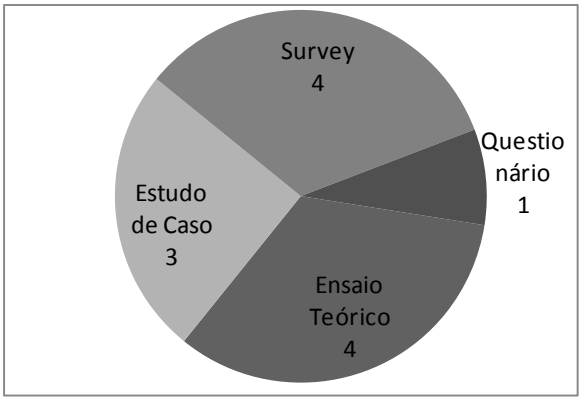
Houve o predomínio de estudos empíricos, com oito artigos, voltado para observação, descrição e análise de eventos práticos visando fornecer indícios para sustentar ou descartar a aplicabilidade de uma teoria. Já os estudos teóricos que buscam a exploração ou confrontação de teorias através de revisões bibliográficas, foram utilizados em quatro artigos, conforme Figura 3.



FONTE: Autores (2011)

Figura 3 – Tipologia dos artigos

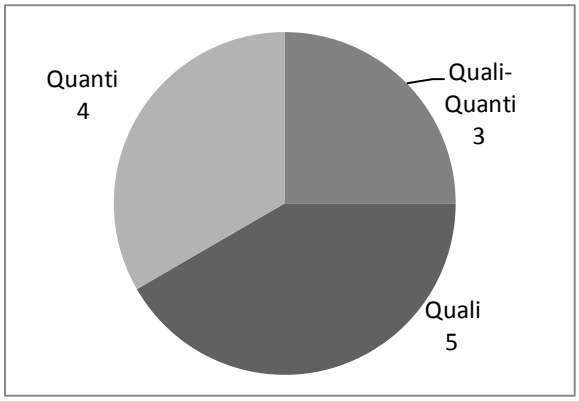
Quanto à metodologia empregada nos artigos, os procedimentos de *survey*, ou levantamento, e estudos de caso tiveram preferência pelos autores, enquanto que um artigo utilizou-se de coleta de dados através de questionário e entrevista, conforme Figura 4.



Fonte: Autores (2011)

Figura 4 – Metodologia empregada nos artigos

Quanto à abordagem do problema, as análises qualitativas foram empregadas em cinco artigos, enquanto que abordagem quantitativa com quatro artigos, conforme Figura 5. Em três foram empregados múltiplas abordagens, qualitativo e quantitativo.



Fonte: Autores (2011)

Figura 5 – Abordagem quanto ao problema

O conflito de agência decorrente da separação entre propriedade e controle é visto de forma distinta das empresas não-cooperativas, da mesma forma como apontado por

Zylbersztajn (1994). Os resultados apontam para uma escassez de produção relacionada à temática e por períodos de pouca ou nenhuma produção. Ressalta-se aqui a falta de dados consolidados sobre cooperativas. Os resultados ainda estão em consonância com os encontrados por Rocha *et al* (2010), que verificou a predominância de pesquisas relacionadas à Teoria de Agência em empresas privadas e sem fins lucrativos, frente às demais entidades.

5 Considerações Finais

O objetivo desse estudo foi analisar a produção científica nacional sobre Teoria de Agência aplicada em sociedades cooperativas. Foram encontrados 17 artigos sobre o tema, dos quais 12 foram analisados em profundidade. Os artigos de periódicos nacionais compreenderam o período de 1998 a 2011. A análise bibliométrica permitiu verificar reduzido interesse no tema. Apesar da quantidade encontrada, percebe-se pluralidade de autores, destacando-se duas instituições de origem: Banco Central do Brasil e Universidade de São Paulo – USP. Houve predomínio de estudos empíricos em relação aos estudos teóricos. Quanto às metodologias empregadas, destacam-se os procedimentos de *survey* e estudos bibliográficos do tipo ensaio teóricos, em seguida tiveram preferência os estudos de caso e por último os instrumentos de questionário e entrevistas.

O estudo das sociedades cooperativas proporcionou entendimento de como a forma organizacional da firma influencia as decisões financeiras, conforme sugerido por Fama e Jensen (1983). O conflito de agência presente nas firmas cooperativas é visto de forma distinta das não-cooperativas. As peculiaridades da adoção de princípios e doutrinas e a dupla natureza social e econômica das cooperativas tornam o cooperado ao mesmo tempo agente e principal, ou seja, proprietário e gestor na mesma relação contratual. Em decorrência dos conflitos de interesses divergentes dos membros, os incentivos para a cooperação devem ser constantemente reconstruídos (REYNOLDS, 1997), o que pressiona a estrutura organizacional.

Os resultados encontrados confirmam a falta de periódicos especializados no tema; bem como não foi possível identificar autores que se concentrem no tema. Também decorre da falta de grupos de pesquisa dedicados à temática. Em busca complementar, realizada no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, foram identificadas 45 grupos de pesquisa indexados com a palavra cooperativa, sendo que apenas 13 efetivamente estudam cooperativas em suas linhas de pesquisa, corroborando o reduzido número de publicações sobre o tema. Ademais, coloca-se a falta de periódicos dedicados à temática do cooperativismo e das cooperativas, assim como existentes em outros países da América Latina, Espanha e Canadá.

Como limitações presentes no trabalho, destacam-se além da já reduzida produção científica sobre a temática, a restrição das quatro bases de dados escolhidas, que apesar de vastas não permitem generalização dos periódicos. As entidades cooperativas não tem atraído a atenção dos pesquisadores na área, que tem dado preferência por estudos em entidades privadas e entidades sem fins lucrativos, assim como constatado por Rocha *et al* (2010), analisando o panorama da Teoria da Agência.

Todavia, o trabalho procurou contribuir com a discussão sobre os conflitos de interesses gerenciados pelas cooperativas em geral, mostrando a escassez de produção na área. A análise a partir da Teoria de Agência possibilita compreender, sob outro ponto de vista, os fatores que levam à formação e à manutenção das cooperativas (BIALOSKORSKI NETO, 2006). Sugere-se como futuras pesquisas, além do aprofundamento no tema, a expansão para anais de congressos e eventos e o levantamento do estado da arte em publicações internacionais.

Referências

AZEVEDO, Charles Marcelo de; SHIKIDA, Pery Francisco Assis. Assimetria de informação e o crédito agropecuário: o caso dos cooperados da COAMO-Toledo (PR). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v.42, n.2, p. 267-292, abr/jun 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** 3 ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BARREIROS, Reginaldo Ferreira; PROTIL, Roberto Max; MOREIRA, Vilmar Rodrigues. Processo decisório nas cooperativas agroindustriais do Paraná: uma análise comparativa utilizando o modelo racional e o modelo político de decisão. **Revista Contabilidade & Organizações**, São Paulo,v. 2, n. 4, p. 3-22 set/dez 2008.

BERTOLIN, Rosangela Violetti; SANTOS, Antônio Carlos dos; LIMA, Juvêncio Braga de; BRAGA, Marcelo José. Assimetria de informação e confiança em interações cooperativas. **Revista Administração Contemporânea**, Curitiba, v.12, n.1, p. 59-81, jan/mar 2008.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo; MARQUES, Pedro Valentim. Agroindústria Cooperativa: um ensaio sobre crescimento e estrutura de capital. **Revista Gestão & Produção**, v. 5, n. 1, p. 60-68, abr 1998.

_____. **Aspectos econômicos das cooperativas.** Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – CNPq. **Diretório dos Grupos de Pesquisas no Brasil.** Disponível em: http://www.cnpq.br/. Acesso em: 10/080/2011.

COSTA, Davi Rogério de Moura; BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. Metodologia de *rating* em cooperativas agropecuárias: um estudo de caso. **Revista Gestão & Produção**, São Carlos, v.16, n.4, p. 612-623, out/dez 2009.

FAMA, Eugene F.; JENSEN, Michael C. Separation of Ownersip and Control. **Journal of Law and Economics**, v. 26, june 1983.

FERREIRA, Marco Aurélio Marques; BRAGA, Marcelo José. Eficiência das sociedades cooperativas e de capital na indústria de laticínios. **Revista Brasileira de Economia**, v.61, n.2, p. 231-244, abr/jun 2007.

FONTES FILHO, Joaquim Rubens; VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira; OLIVEIRA, Mauro José de. Governança e participação no contexto das cooperativas de crédito. **Revista de Administração FACES**, Belo Horizonte, v.7, n.3, p. 48-63, jul/set 2008.

_____; MARUCCI, José Carlos; OLIVEIRA, Mauro José de. Governança cooperativa: participação e representatividade em cooperativas de crédito no Brasil. **Revista Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v.2, n.4, p. 107-125, set/dez 2008.

FRANCISCO, Eduardo de Rezende. RAE-eletrônica: exploração do acervo à luz da bibliometria, geoanálise e redes sociais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, vol. 51, n. 3, p. 280-306, maio/jun 2011.

IUDÍCIBUS, Sergio de. **Teoria da contabilidade.** 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 1999.

JENSEN, Michael C.; MECKLING, Willaim H. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, vol 3, 1976.

LAMBERT, Richard A. **Agency theory and management accounting.** In CHAPMAN, C. S.; HOPWOOD, A. G.; SHIELDS, M. D. Handbook of Management Accounting Research, v. 1. Amsterdam: Elsevier, 2007.

LIMA, Romeu Eugênio de; ARAÚJO, Marcelo Bicalho Viturino de; AMARAL, Hudson Fernandes. Conflitos de agência: um estudo comparativo dos aspectos inerentes a empresas tradicionais e cooperativas de crédito. **Revista Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v.2, n.4, p. 148-157, set/dez 2008.

MACHADO FILHO, Cláudio Antonio Pinheiro; MARINO, Matheus Kfouri; CONEJRO, Marco Antonio. Gestão estratégica em cooperativas agroindustriais. **Revista de Gestão USP**, São Paulo, v.11, n.2, p. 61-69, abr/jun 2004.

MEURER, Simplício; Marcon, Rosilene. Desempenho de cooperativas: o caso de uma cooperativa de crédito rural. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v.9, n.3, p. 334-348, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS – OCB. **Dados do cooperativismo brasileiro.** Disponível em: http://www.brasilcooperativo.coop.br/. Acesso em: 06/07/2010.

POLONIO, Wilson Alves, **Manual das sociedades cooperativas.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

REYNOLDS, Bruce J. **Decision making in cooperatives with diverse member interests**. United States Department of Agriculture Research Report 155. Washington, 1997. Disponível em: http://www.rurdev.usda.gov/rbs/pub/rr155.pdf. Acesso em: 10/07/2011.

ROCHA, Irani *et al*. **Teoria da Agência e assimetria de informação: panorama do comportamento da produção científica no contexto nacional e internacional.** In: XIII Seminários de Administração – SEMEAD, São Paulo: FEA/USP, 2010. Disponível em: http://www.ead.fea.usp.br/semead/13semead/resultado/trabalhosPDF/416.pdf. Acesso em: 10/07/2011.

ROSS, Stephen A; WESTERFIELD, Randolph; JAFFE, Jeffrey F. **Administração financeira: corporate finance.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientação de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, Sabrina Soares da; SOUSA, Ana Rosa de; LEITE, Eduardo Teixeira. Conflito de agência em organizações cooperativas: um ensaio teórico. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v.13, n.1, p. 63-76, 2011.

TOSINI, Maria de Fátima Cavalcante; BASTOS, Alexandre Martins. Governança cooperativa: as funções de fiscalização e controle em cooperativas de crédito no Brasil. **Revista Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v.2, n.4, p. 75-89, set/dez 2008.

VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira (Coord.). **Governança cooperativa: diretrizes e mecanismos para fortalecimento da governança em cooperativas de crédito.** Brasília: BCB, 2009.

ZYLBERSZTAJN, Decio. Organização de cooperativas: desafios e tendências. **Revista de Administração**, v. 29, n. 3, p. 23-32, 1994.